

<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Política
<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 1418 cm <sup>2</sup>
<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
<b>Tiragem:</b> 60963	<b>Página (s):</b> 20/21



NORTE/SUL

# Autarcas zangados por terem de cortar fitas sem publicidade

Comissão Nacional de Eleições "proíbe" o anúncio de obras e eventos. Edis dizem que é um atentado à democracia

**Leonor Paiva Watson\***  
leonorpaiva@jn.pt

**EUROPEIAS** A nota da Comissão Nacional de Eleições (CNE) a proibir a publicidade institucional de atos, programas, obras ou serviços, até às eleições europeias, já está a dar que falar no meio autárquico. O presidente da Câmara de Vila Verde, António Vilela, até já mandou adiar a inauguração de uma avenida. O de Aveiro, Ribau Esteves, fez saber que vai suscitar a intervenção do presidente da República, porque "este intervalo na democracia é inaceitável". Outros qualificam a nota de "aberração" e há ainda quem, simplesmente, ignorava a sua existência. No documento, que resulta de uma lei criada pela maioria PSD/CDS em 2015, é explicado que "o fundamento da proibição" se prende com "deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas se encontram sujeitas". Pretende-se "impedir

que, em resultado da promoção de órgãos ou serviços (...), possam ser objetivamente favorecidas algumas candidaturas em detrimento de outras", lê-se na circular emitida pela CNE, na quarta-feira.

**ARGUMENTOS SEM SIMPATIA** Mas os argumentos não colhem simpatias. Ribau Esteves (PSD), presidente da Câmara de Aveiro, teve uma das reações mais negativas. "Como é possível impedir-se que quem governa uma Câmara esteja inibido de inaugurar uma obra, ou anunciar o lançamento de um concurso de uma obra?", questiona. O autarca afirma ainda que no caso de uma empreitada financiada por fundos comunitários, os autarcas são "obrigados a comunicar", não sendo uma opção política, "mas uma obrigação legal, uma obrigação contratual". Ribau Esteves diz que vai levar esta e outras questões a uma reunião com a CNE e "suscitar a intervenção do presidente da República". Raul Leiria, autarca de Leiria,

segue no mesmo sentido, entendendo que "o poder político está vinculado ao princípio da legalidade e da transparência", pelo que "o seu exercício não deve ser condicionado". Ainda assim, ao JN respondeu que "o município irá pautar a sua conduta de acordo com as orientações do CNE".

Igualmente, o presidente de Vilaselas (PSD), Almeida Henriques, garante que vai cumprir a lei, mas defende que "este tipo de medidas desvirtua a democracia". "Acho que a Comissão se baseou no mau exemplo de Pedro Marques para tomar este tipo de decisão, porque tivemos um ministro durante quase três anos a fazer pré-campanha para ser candidato ao Parlamento Europeu", terminou.

**MAIS A NORTE**

Mais a norte, o presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio, garante que vai cumprir as exigências da CNE, embora haja "uma excessiva aplicação dos critérios que decorrem da própria lei". Já o de Vila

Real, Rui Santos, chama a norma de "aberração". "É previsível que nos próximos dois a três meses tenham início as obras na principal avenida da cidade. Será preciso informar a população, mas agora estamos impossibilitados de o fazer", exemplifica.

Há ainda as câmaras que desconheciam a nota, como Bragança, Monção, Guimaráes, Famacão e Maia. Uma coisa é certa, a nota da CNE baseia-se em acórdãos do Tribunal Constitucional. ●

\*COM.C.D., F.P., G.L., J.P.C., M.R., S.B., S.F., T.C. E.Z.C.

**MAIS VOZES**

**Paulo Arsénio**  
Presidente da Câmara Municipal de Beja

"Isto é uma mordada de três meses às autarquias. A Câmara não se revê na decisão da CNE nem sabe lidar com ela"

**Rogério Bacalhau**  
Presidente da Câmara Municipal de Faro

"Esta decisão deixa as autarquias limitadas na sua obrigação de comunicar aos munícipes o trabalho desenvolvido"

## Medida gera mal-estar nos municípios do Grande Porto

Afirmam-se independentes a atos eleitorais, mas dizem que vão cumprir a lei

**ARGUMENTOS** Apesar de afirmarem que vão acatar a lei, a maioria das autarquias do Grande Porto não esconde o desconforto com a decisão da Comissão Nacional de Eleições (CNE). A Câmara do Porto não acredita que as "recomendações" possam vir a interferir com a atividade autárquica. Já Gondomar diz que vai cumprir, embora esta seja "uma lei fascista de um Governo de Direita". O autarca Marco Martins afirma

que, em Gondomar, "os deveres de neutralidade e imparcialidade vão ser cumpridos, como sempre foram, e a Câmara distinguirá, como sempre distinguiu, a sua atividade pública normal da atividade de propaganda de quaisquer candidaturas eleitorais".

Já a Autarquia presidida por Rui Moreira salienta que a Câmara do Porto "é independente e não se envolve em eleições partidárias, nem em nenhum ato eleitoral". "Também não faz inaugurações e anúncios propagandísticos" e recorda que a CNE "não proíbe", antes "interpreta e aplica a lei e é perante a lei que a Câmara do Por-

to enquadra a sua atividade". Embora com obras para inaugurar e para publicitar, os municípios recusam entrar em polémicas. Eduardo Vitor Rodrigues, autarca de Gaia, prefere não comentar o assunto, enquanto Luísa Salgueiro, de Matosinhos, apenas diz que cumprirá a lei. Valongo e a Maia não reagiram.

Marco Martins considera ser vantajoso não alinhar "por uma interpretação restritiva" da nota informativa, "essa sim com propósitos que podem ser eleitorais, tanto que é a própria CNE a explicar como se pode e deve comunicar com o público em geral". ● A.T.

**Lei proíbe anunciar uma obra ou serviços. Multa varia entre os 15 e os 75 mil euros**



A "proibição",  
para cumprir  
até às europeias,  
acirrou ânimos,  
embora haja  
autarquias que  
a ignoravam

